



Datafolha aponta descrença com emprego, renda e custo de vida

Avaliando mal a situação econômica do país nos últimos meses, a maioria dos brasileiros acham que o desemprego e a inflação não vão cair no futuro próximo. A conclusão é de pesquisa Datafolha finalizada na quinta-feira (7). São 52% os que preveem inflação maior, 46% os que esperam alta do desemprego e 35% os que acreditam que o poder de compra vai diminuir, números equivalentes aos de abril, quando foi feita a pesquisa anterior. A expectativa para o futuro vinha melhorando desde novembro do ano passado, uma tendência interrompida neste mês na esteira da paralisação dos caminhoneiros. Avaliando a situação econômica do país como um todo, 38% acredita que deve ficar como está e 32% pensam que vai piorar —o último grupo era menor em abril, com 26% dos entrevistados. No fim de 2016, a expectativa de piora era a resposta dada por 41%, auge do pessimismo no governo Michel Temer.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 12/06/2018

Criança ou adolescente sofre acidente de trabalho a cada três horas e meia

Quase 16 mil crianças e adolescentes brasileiros de até 18 anos se acidentaram enquanto trabalhavam entre 2012 e 2017, segundo dados do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, do MPT (Ministério Público do Trabalho) e da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Em outras palavras, a cada três horas e meia uma criança ou adolescente foi vítima de acidente de trabalho no Brasil. O MPT destaca que se trata de uma exploração que deixa sequelas e também mata. Levantamento do órgão aponta que 187 crianças e adolescentes morreram em decorrência do trabalho entre 2007 e 2015 —dado mais recente disponível—, segundo o Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), do Ministério da Saúde. No mesmo período, 518 perderam uma das mãos.

Os números embasam campanhas de erradicação iniciadas pelo MPT, que neste ano destacou a Copa do Mundo, e que ganham força nesta terça-feira (12), quando se celebra o Dia de Combate ao Trabalho Infantil.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 12/06/2018

Empregador deve pagar salário após fim do auxílio-doença

Cristiane Gercina

SÃO PAULO O empregador que não aceitar o funcionário de volta após o fim do auxílio-doença deverá pagar o seu salário.

Esse tem sido o entendimento da Justiça sobre o chamado limbo previdenciário, que é quando o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) dá alta para o trabalhador, mas o médico do trabalho contratado pela empresa não o considera apto para suas funções.

Em decisão recente, o TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região), com jurisdição na cidade de São Paulo, deu ganho de causa a uma trabalhadora do ramo financeiro que ficou um ano afastada, recebendo auxílio-doença.

Quando teve alta, o empregador não a aceitou de volta. Nesse período, ela não recebeu nem o auxílio-doença nem o salário.

Na decisão, a desembargadora Lillian Gonçalves entendeu que a funcionária tentou voltar ao trabalho, mas não foi aceita. "Diante desse contexto, tem jus a autora aos salários a partir da alta previdenciária."

O advogado trabalhista Alan Balaban afirma que o entendimento da maioria dos juízes tem sido esse. Segundo ele, se não está recebendo auxílio, o empregador deve arcar com a remuneração do funcionário.

O advogado Roberto de Carvalho Santos afirma que o limbo previdenciário é muito comum.

Segundo ele, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) já deu decisão favorável a empregados. "Para o TST, enquanto não resolver esse conflito entre empresa e INSS, o patrão deve pagar uma espécie de licença remunerada", afirma Santos.

Agora

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 12/06/2018

Cálculo da inflação oficial será revisto a partir do ano que vem

A nova ponderação dos itens que compõem o IPCA será implementada em meados do ano que vem, disse nessa segunda-feira o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Roberto Olinto, e terá como base a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Os itens do IPCA não são atualizados desde 2012. Cerca de mil agentes de pesquisa do IBGE, espalhados por 1,9 mil municípios do país, visitaram aproximadamente 75 mil domicílios para investigar quanto ganham e como gastam os brasileiros. A nova metodologia buscará refinar a inflação. O IPCA tem uma cesta de 383 produtos pesquisados e, em maio, passou a incorporar mais 3 capitais: Aracaju (SE), Rio Branco (AC) e São Luís (MA). O IBGE também pretende divulgar no mês que vem os resultados preliminares do censo agropecuário, que não era feito desde 2006/2007. Também por problemas de orçamento, o levantamento que visitou cerca de 7 milhões de endereços e constatou a existência de aproximadamente 5,3 milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil, teve sua estrutura enxugada, mas de acordo como o IBGE, sem prejuízo técnico.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 12/06/2018

Aposentadoria por tempo fica mais difícil em 31 de dezembro

As regras para a aposentadoria por tempo de contribuição mudam a partir do próximo 31 de dezembro. Dessa data em diante será mais difícil conseguir o valor integral do benefício, já que começa a valer a regra 86/96.

A dica, portanto, é verificar como está a sua situação no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para poder se programar.

Atualmente há duas regras para se aposentar por tempo de aposentadoria valendo no País (veja quadro). Nessa modalidade, não há a exigência de uma idade mínima.

Porém, é obrigatório comprovar 35 anos de contribuições, no caso dos homens, para o INSS e de 30 anos entre as mulheres.

Quem quer se aposentar cedo pode usar a regra tradicional, que tem o fator previdenciário na sua composição.

Fonte dos Clippings: Jornal A Tribuna – 12/06/2018

Audidores prorrogam greve no Porto

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

Os auditores fiscais da Receita Federal que atuam no Porto de Santos decidiram prorrogar a greve da categoria até o próximo dia 30. Com isso, não haverá conferência física de cargas e nem o desembaraço das mercadorias até essa data. Para os usuários do cais santista, a decisão é sinônimo de mais atrasos e prejuízos, já que hoje, no complexo, são necessários cerca de 12 dias para a liberação de produtos importados que demandam inspeção. Normalmente, o tempo médio é de 48 horas.

Os auditores estão em greve desde novembro do ano passado. E usam o movimento para pressionar o Governo Federal a implantar o acordo salarial firmado com a categoria há mais de um ano. Entre os pedidos, está a implantação do bônus de eficiência dos servidores públicos.

De acordo com o presidente da delegacia de Santos do Sindicato dos Auditores Fiscais (Sindifisco), Renato Tavares, por dia, são retidos em torno de 5 mil contêineres no cais santista. Isto sem contar as quase 20 caixas metálicas que ainda estão retidas desde a greve dos caminhoneiros.

**CONHEÇA OS CURSOS DO
SINDICATO DOS URBANITÁRIOS**

ACESSE O WEBSITE:

[HTTP://WWW.SINTIUS.ORG.BR](http://www.sintius.org.br)

OU PELO TELEFONE (13) 3226-3200